

EDITOR

Marcos Marcionilo

EDITORES CIENTÍFICOS

Tommaso Raso [UFMG]
Celso Ferrarezi Jr. [UNIFAL-MG]

CONSELHO EDITORIAL

Ana Stahl Zilles [Unisinos]
Angela Paiva Dionisio [UFPE]
Carlos Alberto Faraco [UFPR]
Celso Ferrarezi Jr. [UNIFAL]
Egon de Oliveira Rangel [PUC-SP]
Henrique Monteagudo [Universidade de Santiago de Compostela]
José Ribamar Lopes Batista Jr. [UFPI/CTF/LPT]
Kanavilil Rajagopalan [Unicamp]
Marcos Bagno [UnB]
Maria Marta Pereira Scherre [UFES]
Roberto Mulinacci [Universidade de Bolonha]
Roxane Rojo [UNICAMP]
Salma Tannus Muchail [PUC-SP]
Sírio Possenti [UNICAMP]
Stella Maris Bortoni-Ricardo [UnB]
Tommaso Raso [UFMG]
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva [UFMG/CNPq]

LINGUÍSTICA
PARA O ENSINO SUPERIOR

14

PRAGMÁTICA

TOMMASO RASO

125 - 159

206 - 217

Paulo
2023

π
parábola

Direção: ANDRÉIA CUSTÓDIO
Diagramação e capa: TELMA CUSTÓDIO
Revisão: THIAGO ZILIO PASSERINI
MARCOS MARCIONILO

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

R177p

Raso, Tommaso
Pragmática / Tommaso Raso ; [coordenação Tommaso Raso, Celso Ferrarezi]. - 1. ed. - São Paulo : Parábola, 2023.
280 p. ; 23 cm. (Linguística para o ensino superior ; 14)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7934-292-9

1. Pragmática. 2. Linguagem e línguas - Filosofia. I. Ferrarezi, Celso.
III. Título. IV. Série.

22-81571

CDD: 401.4
CDU: 81:1



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

Direitos reservados à

PARÁBOLA EDITORIAL

Rua Dr. Mário Vicente, 394 - Ipiranga

04270-000 São Paulo, SP

pabx: [11] 5061-9262 | 5061-8075 | fax: [11] 2589-9263

home page: www.parabolaeditorial.com.br

e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-7934-292-9 (papel)

978-85-7934-291-2 (e-book)

© do texto: Tommaso Raso, 2023.

© da edição: Parábola Editorial, São Paulo, 2023.

Para LL, com amor e gratidão





Sumário

Apresentação	9
Introdução	13
CAPÍTULO 1 – Competências introdutórias	17
1.1 Objeto de estudo da disciplina	17
1.2 Raciocínio lógico, raciocínio indutivo, raciocínio abdutivo e raciocínio por <i>default</i>	24
1.3 A filosofia da linguagem ideal e a filosofia da linguagem ordinária	33
1.4 Alguns instrumentos para distinguir os conceitos de código e de uso	37
CAPÍTULO 2 – A referência: expressões nominais e significado	49
2.1 As funções das expressões nominais	49
2.2 As expressões referenciais	52
2.3 Competências sobre o significado	57
CAPÍTULO 3 – A dêixis e as expressões fóricas	69
3.1 A dêixis	69
3.2 As expressões fóricas (anáfora e catáfora)	81
3.3 Dêixis e anáfora nas formas verbais	86
3.4 Logodêixis	89
3.5 O componente dêitico em algumas duplas lexicais e em outros casos	89
3.6 Discurso direto e indireto	91
CAPÍTULO 4 – O status cognitivo dos referentes	95
4.1 A acessibilidade	95
4.2 Meios para codificar o grau de acessibilidade	99
4.3 Como entender este capítulo mais a fundo	103
4.4 Uma análise do <i>status cognitivo</i> dos referentes em um pequeno texto	104

CAPÍTULO 5 – As pressuposições	109
5.1 Como reconhecer uma pressuposição	110
5.2 Os ativadores pressuposicionais	111
5.3 Pressuposições e contexto	119
5.4 A acomodação.....	123
CAPÍTULO 6 – A pragmática cognitiva: Grice e os pós-griceanos	125
6.1 As inferências: necessidade e probabilidade	126
6.2 O princípio de cooperação	128
6.3 As máximas.....	131
6.4 As implicaturas conversacionais	145
6.5 As implicaturas convencionais.....	155
6.6 Algumas reflexões sobre a comunicação	159
6.7 Depois de Grice	163
CAPÍTULO 7 – A prosódia	183
7.1 A importância da prosódia	183
7.2 Os parâmetros básicos.....	186
7.3 As principais categorias prosódicas e seus domínios de aplicação	189
7.4 Conclusão	202
CAPÍTULO 8 – Os atos de fala	205
8.1 Austin	206
8.2 Modalidade, ilocução e atitude.....	217
8.3 Aspectos classificatórios dos atos de fala	225
8.4 Uma proposta empírica para o estudo da ilocução	241
CAPÍTULO 9 – Para saber mais	263
9.1 Apresentação e competências introdutórias	264
9.2 A referência: expressões nominais e significado.....	266
9.3 Dêixis e expressões fóricas	266
9.4 Status cognitivo dos referentes.....	266
9.5 As pressuposições.....	267
9.6 Pragmática cognitiva: Grice e os pós-griceanos.....	267
9.7 A prosódia	268
9.8 Os atos de fala.....	269
Referências	271



Apresentação

O objetivo da coleção Linguística para o Ensino Superior é o de fornecer ao Brasil livros de referência, escritos em nossa língua e por autores consagrados, como instrumentos de estudo em todos os cursos que demandem conhecimentos de base nesta ampla área de estudos que é a linguística. O principal público-alvo é, portanto, constituído pelos alunos universitários, mas leitores interessados nos estudos linguísticos poderão encontrar, em todas as obras da coleção, textos, ao mesmo tempo, bem fundamentados e acessíveis. A coleção foi idealizada de maneira integrada e coerente, com coordenadas que se repetem em todos os volumes. Isso uniformiza, tanto quanto possível, as obras e facilita o contato dos leitores com a coleção.

Uma das intenções dos organizadores e do editor foi a de olhar para a rica manualística existente no âmbito internacional — em primeiro lugar, a produção em língua inglesa, mas também nas línguas alemã, francesa e italiana —, procurando estabelecer contatos entre a produção brasileira e a internacional. Primamos para que cada volume fosse escrito por um único autor, de forma que a exposição fosse a mais orgânica possível e a coerência informativa e didática envolvesse não somente o momento da organização da obra, mas também o da execução intelectual e material.

Por essas razões todas, os volumes foram elaborados de forma a oferecer o que de mais consolidado e consensual existe em linguística, sem direcionar o conteúdo exposto para vertentes teóricas

é um princípio comunicativo superior às condições de verdade. As condições de verdade podem dar conta do conteúdo semântico do enunciado (o que ele descreve), e vimos que, mesmo nisso, encontram muitos problemas para explicar um significado proposicional completo; de todo modo, elas não podem nos dizer o que estamos fazendo ao proferir esse enunciado. As orientações teóricas originadas da proposta de Austin diferem entre si:

- (i) pelos princípios que guiam a identificação dos atos e os classificam;
- (ii) pela metodologia utilizada na identificação dos atos;
- (iii) pelos elementos linguísticos e extralinguísticos considerados parâmetros capazes de veicular e descrever os atos.

Esses três aspectos das diferentes visões são naturalmente ligados entre si e levam a direções investigativas muito diferentes, o que, inclusive, causa uma certa separação e falta de interação entre as diferentes linhas. Isso não quer dizer que o objeto linguístico que essas diversas vertentes estudam seja necessariamente diferente, mas que o nível do desacordo sobre como abordá-lo é de natureza profunda.

8.1 Austin

O objetivo de Austin era demolir a ideia da semântica formal tradicional, segundo a qual as bases para a compreensão dos enunciados são as condições de verdade, o fato de que, para que um enunciado tenha sentido, deve ser possível, dada uma situação, predicar se aquele enunciado é verdadeiro ou falso. A grande novidade da visão austiniana foi mostrar que a comunicação linguística é de natureza acional. Em uma perspectiva comunicativa, a linguagem tem como função primária realizar ações sobre o mundo, e não expressar proposições verdadeiras ou falsas. Através da linguagem, damos ordens, fazemos pedidos, expressamos admiração, narramos, oferecemos, prometemos, ameaçamos etc.

Segundo a teoria referencialista do significado, uma expressão traz significado se, em um mundo possível, pode-se dizer que ela é falsa ou verdadeira, isto é, se tem valor de verdade. Ela não tem significado se não for possível dizer nem que ela é falsa, nem que ela é verdadeira.

*natureza
acional
da
comunicação*

A noção de *mundo possível* serve para incluir não somente a realidade. De fato, se nós incluíssemos somente o mundo real, expressões como *os marcianos* ou *Branca de Neve* não deveriam ter significado. Além disso, incluindo apenas o mundo real, não teríamos instrumentos para explicar as contrafactuais, como em enunciados do tipo *Se eu tivesse me formado em engenharia agora ganharia mais*, porque em enunciados como este se fala de alternativas ao mundo real. No entanto, somos capazes de construir longos textos atribuindo significado a expressões da imaginação e a enunciados que fazem referência a elas.

O que quer dizer que uma expressão não tem significado quando não é possível dizer se ela é verdadeira ou falsa em um mundo possível? Em primeiro lugar, é necessário definir o mundo possível. Se eu devo dizer se *X* é verdadeira ou é falsa, e se *X = Na UFMG tem 8 escrambos*, eu não posso responder nem que *X* é verdadeiro nem que *X* é falso, porque não sei o que é um *escrambo*. Podem se apresentar outros tipos de problemas que me impedem de decidir o valor de verdade.

Esta é a maneira pela qual funciona um computador programado para calcular a verdade ou falsidade de um enunciado com critério binário (0 ou 1 = falso ou verdadeiro). Se o computador não tem os elementos para chegar a uma conclusão (se não encontra um significado em um enunciado), ele, em princípio, continuará rodando sem dar uma resposta. O fato de ser possível dizer se o enunciado é verdadeiro ou falso, ou, dito de maneira melhor, o fato de saber quais condições devem se verificar em um dado mundo para que um enunciado seja verdadeiro, garante, em uma semântica verifuncional, que o enunciado tenha sentido.

A crítica de Austin se articula em dois níveis:

- (1) as asserções não estariam submetidas ao critério de verdade/falsidade (à possibilidade de se dizer se são verdadeiras ou falsas), mas às condições de felicidade, isto é, ao fato de elas serem apropriadas ou não em dado contexto;
- (2) a noção abstrata e esquemática de verdade deve ser explicada dentro de um quadro que considere a linguagem como ação, correlata à situação e às convenções que governam a situação.

8.1.1 Enunciados constativos e performativos

Austin nota que em enunciados do tipo

- (1) *Me passe o sal, por favor!* (dito por exemplo na mesa de jantar)
- (2) *Vem cá!*
- (3) *Quer uma taça de vinho?*

não faz sentido falar de verdade ou falsidade, mas é possível apenas dizer se são felizes ou não, entendendo-se por *felizes* “apropriados”. Podemos dizer que em determinado contexto é apropriado ou não apropriado proferir enunciados como (1-3), mas não podemos dizer que eles são falsos ou verdadeiros. Esses enunciados, diz Austin, não asserem um estado de coisas que pode ser verdadeiro ou falso, mas cumprem ações. De fato, não se trata de proposições, que podemos submeter a um julgamento de verdade, mas de um pedido, de uma ordem e de uma oferta. Austin chama de *performativos* os enunciados dos quais se pode julgar somente se eles são felizes ou infelizes, e não se são verdadeiros ou falsos.

Em um primeiro momento (como estratégia retórica), Austin contrapõe os enunciados que expressam uma ação (como *Me passe o sal, por favor* ou *Prometo que a prova será fácil*) aos *constativos*, os enunciados dos quais aparentemente pode ser predicado um valor de verdade/falsidade por terem forma assertiva. Portanto, teríamos dois tipos de enunciados: um tipo que pode ser submetido ao julgamento de valor de verdade e outro tipo do qual se pode apenas dizer se foi proferido de modo feliz ou não.

Por exemplo, para que eu diga de maneira feliz, isto é, para que eu realmente cumpra a ação indicada pelo verbo,

- (4) *Eu os declaro marido e mulher,*

não é suficiente que eu esteja me dirigindo a duas pessoas, nem a duas pessoas que queiram se casar, nem que o faça dentro de uma igreja, mas é necessário que eu seja uma pessoa que, com base nas convenções da sociedade em que estou falando, tenha reconhecido meu poder de celebrar um casamento e, naquele contexto, esteja exercendo tal função. Uma pessoa qualquer não pode entrar em uma

igreja e dizer (4) a dois namorados e realmente realizar a ação de celebrar um casamento. Ou um juiz de paz não pode chegar a um ponto de ônibus e pronunciar a fórmula de casamento para um casal de maneira feliz, cumprindo realmente a ação. Para que a ação se realize, é necessário respeitar as *condições de felicidade*, que aprofundaremos aos poucos adiante. Realizar uma ação significa transformar o mundo. No caso da ação de *transformar duas pessoas solteiras em casadas*, é necessário que sejam respeitadas ao menos as condições de felicidade seguintes: o falante deve ter o poder reconhecido socialmente e esse poder deve ser exercido no lugar e do modo apropriados. Enfim, é necessário que sejam respeitadas todas as convenções que governam o casamento em uma determinada comunidade e que certamente mudam em culturas diferentes.

O mesmo se alguém disser:

- (5) *Batizo esse navio com o nome de Rainha dos Ventos.*
- (6) *Eu o condeno a 10 anos de prisão.*
- (7) *Eu te demito.*

Respeitar as condições de felicidade nestes casos significa ocupar um papel social que permita realmente batizar um navio ou condenar alguém à prisão ou demitir alguém; significa fazê-lo nas circunstâncias apropriadas e com a real intenção de cumprir a ação. Caso contrário, essas ações não se realizam, o que não impede que se realizem outras ações: (5-7) poderiam se tornar ironias, se proferidas fora do contexto apropriado. Se as condições de felicidade do performativo não são respeitadas, temos um uso do performativo *infeliz*. As condições de sucesso de um enunciado performativo não são, portanto, condições de verdade, mas de felicidade.

Austin propõe um teste para verificar a capacidade de um enunciado ser performativo. É o teste “com isso ...”. Se partimos por exemplo de um enunciado como

- (8) *Eu te prometo que amanhã comprarei o carro.*

A locução “com isso” expressa que a ação de fazer uma promessa é realizada através de seu simples proferimento:

- (8a) *Com isso (ao dizer isso) eu te prometo que amanhã comprarei o carro.*

Com esse teste, fica evidente a natureza performativa do enunciado. Compare (8a) com

- (9a) **Com isso eu corro até a sua casa.*
 (9b) **Com isso como essa omelete.*

Enquanto com (8a) o falante cumpre realmente a ação de prometer, com (9a) e (9b) ele não cumpre a ação de correr ou de comer. Retomaremos isso em 8.1.3.

Voltando ao percurso argumentativo de Austin, posteriormente ele observa que as condições de felicidade se aplicam também aos constativos: por exemplo, dizendo *A França é hexagonal*, não estou dizendo nem uma coisa verdadeira nem uma coisa falsa. Esse enunciado é aceitável (feliz) numa aula de primário ou em outro contexto em que a exatidão sobre a forma da França não é essencial, mas provavelmente não em um congresso de geografia ou em contextos em que a forma da França deve ser bem detalhada. Nesse caso, as condições de felicidade estão relacionadas às condições de verdade. O grau de precisão de uma informação determina a sua verdade com base no contexto, isto é, com base no objetivo que aquele enunciado tem naquele contexto: dizer que um terreno mede 300 metros quadrados pode ser apropriado se estou falando com amigos e dando uma ideia do tamanho do terreno, mas, para definir um contrato de compra e venda ou os impostos que tenho de pagar, vou ter de dizer que o terreno mede 308 metros quadrados, com um grau de precisão desnecessário ou até inapropriado em outros contextos. Portanto, também os constativos podem ser felizes ou infelizes e não somente verdadeiros ou falsos. Trata-se de uma observação que mostra muito claramente a proximidade com a reflexão filosófica do mesmo ambiente no qual operou Grice (se pense no respeito às máximas e, para a TR, no conceito de relevância ótima).

Na verdade, em um segundo momento, Austin nota que mesmo os enunciados constativos funcionam como os performativos. Dizer *O céu está azul*, *Carlos é um bom menino* ou *João corre debaixo da chuva* equivale a dizer *Afirmo que o céu está azul*, *Declaro que Carlos é um bom menino* ou *Comunico que João corre debaixo da chuva*. Uma afirmação ou uma declaração ou uma comunicação são ações tanto

quanto um pedido ou uma condenação. Esses enunciados passam no teste do “com isso ...”. Assim, mesmo os enunciados dos quais pode ser predicada a verdade/falsidade acabam sendo performativos e são ações verbais.

Esse tipo de consideração leva Austin a separar o aspecto performativo do aspecto constativo. Há aspectos de certos enunciados que podem ser submetidos ao julgamento de verdade, e isso diz respeito ao conteúdo proposicional do enunciado. Mas todos os enunciados são definidos, em primeiro lugar, com base em seu valor performativo. Austin reclama frequentemente da obsessão que os filósofos têm com a relação dos enunciados com os valores de verdade/falsidade. Para ele, o valor de verdade/falsidade é apenas uma entre várias condições de felicidade, própria de alguns tipos de atos e não de outros.

De fato, ao mesmo conteúdo que pode ser submetido ao julgamento de verdade, podemos atribuir forças ilocucionárias diferentes:

(10) *Nós demoramos demais.*

(10) pode ser considerado um enunciado declarativo e seu conteúdo pode ser submetido ao julgamento de verdade. Com esse mesmo conteúdo, podemos usar diversas forças ilocucionárias: podemos querer realizar um julgamento, uma conclusão, uma sugestão, uma advertência. Até as crianças reconhecem os diversos tipos de força ilocucionária de um mesmo conteúdo semântico. Aliás, hoje sabemos que a aquisição da força ilocucionária antecede a do código fonomorfo sintático e lexical.

A teoria dos atos de fala, portanto, não se limita a complementar as condições de verdade ou a explicar os enunciados que não podem ser submetidos ao julgamento de verdade, mas engloba os enunciados constativos, pois eles também são explicáveis como ações. A teoria dos atos de fala tem a ambição de ser mais poderosa do que as teorias da semântica formal baseadas nas condições de verdade. Todos os enunciados podem ser concebidos como performativos. A possibilidade de se verificar as condições de verdade não diz respeito aos enunciados em si, que sempre apresentam um valor acional, mas eventualmente ao conteúdo semântico por eles expresso.

A separação e a hierarquia entre força ilocucionária e conteúdo proposicional podem ser formalizadas, como faz Searle, por meio da fórmula $F(p)$, em que F = força ilocucionária e p = predicação. Voltaremos a isso em 8.2.1.

O aspecto mais importante da teoria austiniana foi colocar como centro da linguagem em seu uso comunicativo o fato de ela servir para cumprir ações. Qualquer enunciado, para ser comunicativo, deve ser acional. A comunicação consiste exatamente em exercer agência sobre o mundo, nele incluindo o próprio destinatário; sem ação não há comunicação. Comunicar linguisticamente significa, portanto, *fazer algo com as palavras, agir verbalmente*.

Como já dissemos, é evidente que existem ações não verbais (como cortar, correr, comer), ações verbais (perguntar, asserir, declarar) e ações que podem ser realizadas tanto verbalmente quanto não verbalmente (cumprimentar, chamar, alertar). Certamente, as ações que podem ser feitas verbalmente e não verbalmente, na maioria dos casos, são realizadas verbalmente. Isso porque uma coisa é ordenar a alguém que saia, o que pode provavelmente ser feito sem verbalização; outra coisa é ordenar a alguém que vá ao banco pagar um boleto. Normalmente, não parece possível dar essa ordem, senão de forma verbalizada.

A ação realizada se torna assim a mais alta instância da análise linguística. De fato, a ação que realizamos com certo enunciado é um tipo de significado e, como já dito e como veremos melhor, é o primeiro tipo de significado que nos interessa. Se nós sabemos analisar as condições de verdade de um enunciado, mas não sabemos dizer o que o falante quer fazer com tal enunciado (perguntar, convidar, chamar, alertar, asserir, prometer, oferecer, pedir etc.), parece que não dominamos o aspecto mais importante da linguagem.

Antes de nos aprofundar nessa questão, vejamos como Austin descreve a estrutura de um ato de fala.

8.1.2 A estrutura de um ato de fala

Austin diz que, quando um falante profere um enunciado, age ao mesmo tempo em diferentes níveis, mais precisamente três. Esses

diferentes níveis são simultâneos e inseparáveis, mas distintos: o nível *locutório* ou *locutivo* ou *locucionário*; o nível *ilocutório* ou *ilocutivo* ou *ilocucionário*; o nível *perlocutório* ou *perlocutivo* ou *perlocucionário*. Pouco depois, Searle discutirá e modificará parcialmente o ato locutivo e sua distinção com o ato ilocutivo.

O nível locutório consiste na ação *de* dizer algo. Trata-se do nível puramente linguístico: a sequência de sons, as regras gramaticais para combiná-los segundo o funcionamento do código em estruturas morfossintáticas, a referência semântica que se faz a eventos, entidades e estados do mundo. É no nível locutório que se situa o enunciado, como contraparte linguística de uma ação.

Por exemplo, na expressão *Gosto de comida italiana*, o falante cumpre a ação de produzir a sequência de fones [ˈgɔstudʒikuˈmiditaˈliãna] que

- (a) é decodificável fonologicamente como /ˈgɔstodekuˈmidaitaliˈãna/;
- (b) compõe uma construção morfossintática formada por um verbo na primeira pessoa seguida por um objeto preposicional;
- (c) faz referência a um estado de coisas que podemos descrever mais ou menos como “em um intervalo de tempo que inclui o momento da enunciação o falante sente prazer em se alimentar com comida preparada à maneira típica da Itália”.

O nível ilocutório consiste na ação do falante *ao* dizer algo, na ação que ele cumpre através de uma sequência linguística. Trata-se da ação em si que o falante está cumprindo através do ato locutório. Ao dizer *Gosto de comida italiana*, ele pode estar respondendo a uma pergunta como *Qual é o tipo de comida de que você gosta?*; elaborando uma conclusão depois de uma conferência sobre a gastronomia italiana; fazendo uma pergunta a alguém que ele acha que conhece melhor seus gostos (já que não sabe identificar o que realmente seria a comida italiana), ou efetuando outras ações. Isso mostra como um determinado ato locutório pode ser usado para cumprir diferentes atos ilocutórios, diferentes ações, diferentes intenções comunicativas. Analogamente, o mesmo ato ilocutório pode ser cumprido através de locuções diferentes. Posso responder à pergunta *Qual é o tipo de comida de que você gosta* com os seguintes enunciados, entre outros:

- (11a) *Gosto de comida italiana.*
 (11b) *A italiana.*
 (11c) *A comida italiana é a minha predileta.*
 (11c) *Nada como a comida italiana.*
 (11d) *O sabor da cozinha italiana não tem igual.*

Nesses casos, a locução será sempre uma resposta, mas a locução será cada vez diferente. Com o mesmo critério, se eu quiser chamar alguém, posso dizer:

- (12a) *João!!*
 (12b) *Você sentando na última fileira!!*
 (12c) *Você com a camisa amarela!!*
 (12d) *Ô senhor!!*

Ao contrário, ao pronunciar a sequência locutiva *João foi pro Rio*, posso estar realizando diferentes ações, entre as quais

- (a) uma resposta: Onde está o João?

João foi pro Rio.

- (b) uma asserção: Vamos esperar o João chegar antes de começar.

João foi pro Rio.

- (c) uma pergunta

João foi pro Rio?

- (d) uma expressão de surpresa

João foi pro Rio!?

Searle observa que a relação entre o ato locutivo (que ele divide em ato enunciativo e proposicional) e o ilocutivo é comparável à relação entre traçar um X na ficha eleitoral e o ato de votar. Tanto o nível locutório quanto o nível ilocutório são convencionalizados. A locução é convencionalizada com base nas regras fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas do código; a ilocução é convencionalizada com base em outras regras (de uma determinada língua/cultura) que exploraremos. De fato, não apenas reconhecemos se uma locução é bem formada gramaticalmente e se faz sentido semanticamente, como reconhecemos se há ilocução e qual é ela. E esse reconhecimento é um princípio mais importante do que as condições de

verdade, principalmente se olharmos a língua como um instrumento surgido para permitir a comunicação.

Ao contrário, o ato perlocutório não é convencionalizado. Esse nível é interpretado em Austin e Searle como a ação *por* dizer algo. Se trata do efeito que uma ilocução e seu conteúdo locutivo geram. Com efeito não se entende o objetivo que o falante tem em cumprir uma ação, nem se entende uma relação de causa-efeito, mas a reação que o mundo de fato tem a uma ilocução. Por exemplo, se eu mandar grosseiramente um aluno sair da sala, o efeito pode ser ele sair da sala ou ir protestar com o colegiado pelo meu comportamento. Um outro efeito poderia ser o aluno não sair da sala e me responder com a mesma grosseria. Um outro ainda poderia ser a sala inteira resolver não comparecer mais às aulas. Todos esses efeitos, e outros, poderiam ser atos perlocutórios. O que faz um ato perlocutório, nessa visão, não são a intenção do falante e seus objetivos, mas o que realmente acontece. Nós não podemos dizer até que ponto existe uma relação entre a ilocução e a perlocução, pois a mesma ilocução em outro momento, com outro destinatário ou com outros fatores contextuais, poderia ser seguida por outra perlocução. De uma certa perspectiva, a perlocução parece depender de como um determinado destinatário reage a algo em determinado momento. É possível, portanto, olhar para a perlocução como algo que depende do estado interno do interlocutor. Essa perspectiva será examinada mais à frente.

8.1.3 Os verbos performativos

Austin chama de *performativos* também os verbos capazes de realizar uma ação ao mesmo tempo em que a declaram. Quando eu *aposto, prometo, declaro, invalido* (se sou um juiz de um jogo), *declaro guerra* (se sou o chefe de um país) etc., não apenas descrevo uma ação, mas cumpro a ação que descrevo. Não me limito a descrever algo que está no mundo (como aparentemente faço quando digo *O céu está azul* ou *o Carlos corre debaixo da chuva* ou *Durmo em uma cama branca*), mas estou agindo sobre o mundo. Pelo simples fato de dizer *prometo*, naquele momento estou realizando uma promessa. Os verbos performativos (do inglês *to perform*, “executar”) de uma

língua são muitos, assim como muitos são os verbos que não funcionam como performativos. Por exemplo, ao dizer:

(13) *Corro rapidamente*

(14) *Escrevo uma carta,*

o falante não está ao mesmo tempo realizando a ação de correr ou de escrever. Mas dizendo

(15) *Pergunto a você se está chovendo*

(16) *Convido você para o meu aniversário*

(17) *Sugiro que todo mundo saia,*

o falante está realmente cumprindo a ação de perguntar, convidar ou dar uma sugestão. Voltando à falsa distinção entre constativos e performativos, observe-se que verbos como *afirmar*, *declarar* e *comunicar* são verbos performativos tanto quanto *pedir*, *prometer*, *condenar*, pois cumprem uma ação enquanto a descrevem.

Contudo, os verbos performativos cumprem essa função somente na primeira pessoa singular do presente indicativo da forma ativa. Por primeira pessoa deve-se entender a primeira pessoa dêitica, em suas várias manifestações de dêixis social (veja-se 3.1.4). Por exemplo, se um departamento do setor público envia uma carta que diz:

(18) *Comunica-se que o destinatário da presente carta deve apresentar a seguinte documentação em até dez dias do recebimento deste aviso,*

a terceira pessoa morfológica, deiticamente, funciona como primeira pessoa (o autor da comunicação).

A primeira pessoa e o tempo presente (além da forma ativa) são necessários para a função performativa do verbo. Em outras pessoas e tempos, o verbo não realiza a ação.

(19a) *Você promete que vai estudar mais.*

(19b) *Eles prometeriam estudar mais.*

(19c) *Eu prometi que estudaria mais.*

(19d) *Eu prometerei que irei estudar mais.*

(19e) *Prometa que vai estudar mais.*

Os enunciados (19a-d) não realizam promessas: (a-c) declaram ou informam que alguém faz, faria ou fez uma promessa; no caso de

(19d), se expressa o propósito de fazer uma promessa; em (19e), se realiza uma ordem ou um pedido. Em nenhum desses casos, o proferimento do enunciado equivale à realização de um ato de promessa, mas de outros atos sem a expressão do relativo performativo.

Voltando ao conceito de perlocução, Austin nota que alguns verbos são como os performativos, por significarem algum fato social realizado através da linguagem. No entanto, os enunciados com esses verbos não superam o teste do “com isso ...”. Se trata de verbos que descrevem o ato com base nas consequências que ele gera no interlocutor, com base na perlocução, não nos termos da intenção do falante. Se trata de verbos como *convencer*, *insultar*, *surpreender*, *irritar*, *persuadir*, *enganar*, *incomodar*, *divertir*. Não dissemos

(20) **Com isso eu te persuado que João cometeu o crime,*

porque o fato de o interlocutor ser persuadido (ou irritado, enganado, incomodado etc.) não depende necessariamente de mim ou do meu proferimento. Nada garante que o meu proferimento gere o efeito descrito pelo verbo.

8.2 Modalidade, ilocução e atitude

8.2.1 Conteúdo proposicional e modalidade

Agora que sabemos o que é um ato de fala, precisamos distinguir entre quatro categorias: a *emoção*, a *atitude*, a *ilocução* e a *modalidade*.

Para enfrentar essa discussão, e principalmente para falar da modalidade, precisamos explicar o que é o conteúdo proposicional de um enunciado (veja-se também no *site*  o ponto 2 do capítulo 1). O conteúdo proposicional é o aspecto semântico mais profundo de um enunciado, o evento que ele retrata. Nas sentenças (a-f) e (a'-f') o conteúdo proposicional não muda:

- (a) *Carlos comeu a maçã.*
- (b) *É a maçã que Carlos comeu.*
- (c) *A maçã, Carlos comeu.*
- (d) *Foi Carlos que comeu a maçã.*